

Desenvolvimento humano e distribuição da posse da terra no Brasil contemporâneo

Alexandre Arbex Valadares, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fernando Gaiger Silveira, International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Nikolas de Camargo Pirani, United Nations Development Programme (UNDP)

Este estudo tem como objetivo investigar em que medida as condições de vida e de desenvolvimento humano estão associadas a um elemento estruturante e característico do campo brasileiro: a alta concentração fundiária. Apresenta-se um conjunto de informações e evidências que indicam os efeitos negativos da distribuição marcadamente desigual da posse da terra no Brasil sobre o bem-estar, principalmente da população rural. Ou, dito de outra forma, conclui-se que estruturas fundiárias mais desiguais estão associadas a padrões de qualidade de vida relativamente baixos.

O presente trabalho soma-se aos estudos que, com abordagens e técnicas metodológicas semelhantes, analisaram as relações entre a distribuição geográfica dos indicadores de bem-estar com os padrões distintos de ocupação da terra.

Victora e Blank (1980), os pioneiros desses estudos, avaliaram para o Rio Grande do Sul a correlação entre mortalidade infantil e estrutura agrária. Este trabalho foi retomado e ampliado quando foram identificadas maiores taxas de mortalidade e de prevalência de desnutrição entre crianças residentes em área de latifúndio e pecuária, com alta proporção de assalariados agrícolas que entre crianças residentes em áreas de minifúndio, de cultura de subsistência e trabalho familiar.

Outro importante autor, Rodolfo Hoffman (2007), conclui para a existência de uma associação estatisticamente muito significativa entre a desigualdade de distribuição da posse da terra e a taxa de mortalidade infantil e com a esperança de vida ao nascer. Destaca, ainda, que o Índice de Gini é uma medida imperfeita de determinação da desigualdade econômica da posse da terra por não permitir estimar variações quanto à qualidade do solo e à sua localização. No entanto, esse índice pode ser reputado como boa *proxy* para a desigualdade dessa estrutura ao longo de muitas décadas e ser compreendida como elemento condicionante da realidade socioeconômica local. Essa interpretação ajuda a explicar a forte correlação encontrada entre essa medida e variáveis indicativas de bem-estar e desenvolvimento humano, mas também quanto à educação.

A análise foi feita sobre dois âmbitos territoriais: as microrregiões e os municípios. Em ambos os âmbitos, chegaram-se a resultados que permitem sustentar o quanto essa marca do nosso subdesenvolvimento – a alta concentração dos ativos primários, no caso, terra – pode estar relacionada a padrões comparativamente baixos de bem-estar. Para se alcançar tais resultados, foram estimadas regressões para as três variáveis sínteses de bem-estar – *i*) Índice de Desenvolvimento Humano; *ii*) Taxa de Mortalidade Infantil até 1 ano de idade; e *iii*) Taxa de Mortalidade Infantil até 5 anos de idade, nos dois âmbitos territoriais e para dois períodos – 1996/2000 e 2006/2010. Como variáveis explicativas, a taxa de analfabetismo, a expectativa de anos de estudo, o Índice de Gini de distribuição da posse e propriedade da terra e a proporção da população rural.

O Gráfico 1 ilustra os resultados relativos à taxa de mortalidade infantil de menores de 1 ano, ao indicar os valores esperados da taxa de mortalidade, segundo valores do Gini da posse da terra.² Fica evidente o efeito positivo da melhor estrutura de posse da terra sob as taxas de mortalidade infantil, dado que as taxas previstas para as áreas características de pequena propriedade são 16 por cento e 22 por cento menores que aquelas com estrutura fundiária semelhante a nacional (marcadores maiores) em 2000 e 2010, respectivamente.

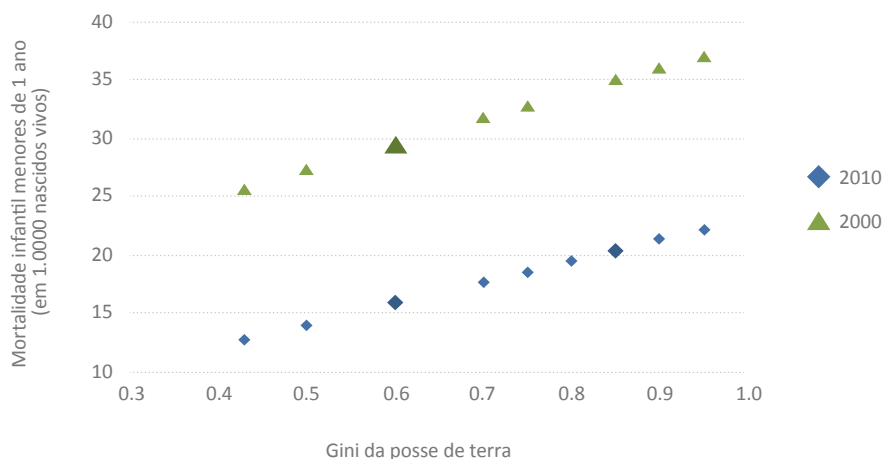
Assim, os resultados juntam-se aos estudos sobre as condições sociais de vida das populações rurais, reforçando a conclusão de que o equacionamento da pobreza e da baixa qualidade no campo passa por mudanças profundas na estrutura fundiária. Em outras palavras, entende-se que, a despeito



de todas as mudanças ocorridas no meio rural e na agricultura brasileira recentemente, a redução da desigualdade na distribuição da posse da terra permanece como obstáculo ao bem-estar e ao desenvolvimento humano e que passa, necessariamente, pela reforma agrária o caminho para suplantá-lo.

Gráfico 1

Valores estimados – preditos – da taxa de mortalidade infantil até um ano, segundo o Índice de Gini da posse da terra nas microrregiões – 2000 (1996/2000) e 2010 (2006/2010)



Fonte: Elaboração dos autores.

Referências:

- HOFFMANN, R. 2007. Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil. Em *Dimensões do Agronegócio Brasileiro Políticas, Instituições e Perspectivas*, Vol. 1, editado por Pedro Ramos, 172–225. Brasília: NEAD.
- VALADARES, A., F. GAIGER SILVEIRA, N. DE CAMARGO PIRANI. 2017. Human Development and Distribution of Land Ownership in Brazil. IPC-IG Working Paper nº 154. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth.
- VICTORA, C; N. BLANK. In ABRA: *Reforma Agrária* 6, nov.–dez.: pp. 24–46, 1980.

Notas:

1. Este *One Pager* baseia-se no *Working Paper* nº 154 (VALADARES et al. 2017).
2. Na elaboração do gráfico, consideram-se os valores médios microrregionais para as outras duas covariáveis: ruralidade e de expectativa educacional.